

Sobre os conteúdos das mensagens na comunicação

Carlos Alberto Ávila Araújo

O presente texto insere-se no âmbito de uma pesquisa mais ampla que teve como objetivo a construção de um sistema de classificação para a área de comunicação. Para tanto, foram seguidas diversas etapas, e foi proposta uma forma de divisão da área de comunicação a partir de seis critérios. Este artigo tem por objetivo apresentar a problematização de um desses critérios, a divisão da comunicação a partir dos assuntos ou temáticas das mensagens ou conteúdos veiculados pelos interlocutores no âmbito dos processos comunicativos. A motivação de tal estudo foi determinar quanto, na pesquisa sobre a comunicação, é dedicado a estudos sobre mensagens relacionadas com saúde, política, religião, entre diversos outros temas. Para tanto, após a discussão sobre como dividir a comunicação a partir destas categorias, apresenta-se a aplicação desse critério a um conjunto de 754 teses e dissertações da área de comunicação.

As definições do que vem a ser a comunicação são bastante variáveis de acordo com a corrente ou perspectiva teórica que a problematiza. Contudo, nas várias definições existentes, é possível perceber que certos elementos estão sempre presentes. Trata-se do que Santaella, discutindo os vários modelos presentes na pesquisa em comunicação, denomina os “universais da comunicação” (Santaella, 2001: 84): os elementos que compõem o processo comunicativo, válidos para toda a “grande área de comunicação” (ibidem: 86). São eles: a mensagem, o meio, o contexto, o emissor ou fonte e o destino ou recepção. Santos, também a partir da consulta a vários autores, conclui que em todo processo de comunicação encontram-se os seguintes elementos: interlocutores, mensagens, meios e contexto (Santos, 2003: 19-20).

Assim, um dos elementos presentes em todos os modelos de comunicação são as mensagens, as materialidades significantes, enfim, os “conteúdos” compartilhados

entre os sujeitos interlocutores que se relacionam – aquilo que é intercambiado entre os interlocutores na relação, os “conteúdos” que estão inscritos nos meios ou mídias utilizados.

Como a de comunicação, também a definição de mensagem não é consensual. Cazeneuve a define como “seqüência de sinais transmitidos entre um emissor e um receptor por intermédio de um canal que constitui o suporte físico indispensável à transmissão” (Cazeneuve, 1976: 178).

Tal conceito poderia levar a se pensar então em “sinal” como o elemento básico para se caracterizar a mensagem. Contudo, essa não é uma boa estratégia, pois o sinal, “na teoria da comunicação, é a forma física dada à mensagem para que ela seja transmitida: o termo não se refere ao conteúdo ou sentido, mas somente à existência física ou à forma da mensagem” (O’Sullivan et al, 2001: 230). Os mesmos autores da definição anterior conceituam mensagem da seguinte maneira:

O que é transmitido no processo de comunicação; meios pelos quais o emissor afeta o receptor. É vista como um *conteúdo* embrionário existente antes da *codificação* e depois da *decodificação*: a codificação a traduz em uma *forma* na qual pode ser transmitida, ao passo que a decodificação a traduz de volta ao estado original (O’Sullivan et al., 2001: 153).

O conceito de sinal em O’Sullivan et al. permite perceber a limitação do conceito de Cazeneuve (tomar os sinais físicos transmitidos como sendo a mensagem). Mas o conceito de mensagem adotado pelos autores levanta outro problema, ao definir a mensagem em termos de algo que o emissor quer transmitir (e que, para tanto, ele vai codificar) e algo que o receptor vai compreender (por meio do processo de decodificação).

Rabaça e Barbosa identificam a existência de várias definições de mensagem e as agrupam em dois tipos: aquelas que entendem a mensagem como algo que não se refere a um significado específico, mas a uma forma (pois, nessa concepção, o que é transmitido é uma forma e não um sentido); e aquelas que vêem a mensagem como sinônimo de conteúdo, como aquilo que é dito num texto ou discurso (Rabaça; Barbosa, 2002: 481). Os dois tipos de definição evidenciam a fragilidade de pensar na mensagem como o sentido, isto é, como aquilo que o emissor quer (ou quis) comunicar e aquilo que o receptor compreendeu da comunicação.

A teoria semiótica, dedicada ao estudo do signo, fornece os elementos para se concluir pela impropriedade de se pensar nos sentidos (do emissor ou do receptor) como sinônimo da mensagem. Para Peirce, fundador da semiótica, o signo é

(...) algo que representa algo para alguém em algum aspecto ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou

talvez mais desenvolvido. A esse signo que ele cria dou o nome de interpretante do primeiro signo. O signo representa algo, seu objeto (Pinto, 1995: 50).

Pensar numa definição de mensagem em termos de signo para um sistema de classificação mostra-se inadequado exatamente porque o signo é movimento, isto é, representa sentidos que vão sendo construídos por cada sujeito específico – é a “vagueza” do signo, conforme Peirce.

Uma distinção importante nesse sentido vem da teoria semiológica, que faz a distinção entre significante e significado. De acordo com essa teoria, formulada desde Saussure, todo signo reúne um elemento concreto, material, perceptível (um som, letras impressas, um desenho ou uma fotografia, por exemplo), que representa a dimensão física do signo, chamado significante; e um elemento inteligível (o conceito ou imagem mental), chamado significado. O significante deve ser compreendido como o sinal na definição de Cazeneuve, e mostra-se irrelevante como critério para a construção de um sistema de classificação para a comunicação a partir das mensagens. A idéia de significado mostra-se adequada, desde que não incorpore a idéia de um significado pretendido pelo emissor e um significado compreendido pelo destinatário (Bordenave, 1986: 39).

Uma forma de resolver esse problema vem de outro semiólogo, Roman Jakobson, na teorização que promove sobre as funções da linguagem:

A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo lingüístico, de todo ato de comunicação verbal. O *remetente* envia uma *mensagem* ao *destinatário*. Para ser eficaz, a mensagem requer um *contexto* ao qual se refere, apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um *código* total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um *contato*, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. (...) Cada um desses seis fatores determina uma diferente função da linguagem (Jakobson, 1971: 122-123).

Dessa forma, Jakobson identifica seis funções da linguagem, de acordo com a relação que ela estabelece com cada um dos fatores envolvidos na comunicação. A função emotiva se relaciona com as intenções do emissor, a função referencial com o contexto (isto é, quanto algo da realidade vai ser transmitido, vai ser dado a conhecer), a função poética com a própria forma ou estética da mensagem, a função fática com a certificação do contato, a função metalingüística com o código utilizado e a função conativa com o destinatário (com o convencimento ou afetação deste).

Uma compreensão bastante semelhante é adotada por Thompson, na conceituação que ele faz de “forma simbólica”. Conforme o autor, a comunicação é o processo de produção, circulação e recepção de formas simbólicas. Por forma simbólica, ele entende “ações, objetos e expressões significativas de vários tipos” (Thompson, 1995: 181). Detalhando melhor essa conceituação, Thompson distingue os cinco aspectos da forma simbólica. O primeiro é o aspecto intencional, que se refere “àquilo que ele [o emissor] ‘quer dizer’ ou ‘tenciona’ nas e pelas formas assim produzidas”, já que as formas simbólicas são “expressões de um sujeito para um sujeito (ou sujeitos)” (ibidem: 183). O segundo é o aspecto convencional, isto é, o aspecto que envolve “a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos” (ibidem: 185). O terceiro é o aspecto estrutural, “que significa que as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada (...) [e que] consistem, tipicamente, de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros” (ibidem: 187) como, por exemplo, a justaposição de palavras e de imagens em uma figura. A quarta característica das formas simbólicas é o aspecto referencial, que indica que elas “são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa” (ibidem: 190). O último é o aspecto contextual, que indica o fato de que “as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (ibidem: 192).

Da teorização dos dois autores citados acima, o aspecto referencial mostra-se particularmente relevante para a construção da faceta referente às mensagens. Jakobson destaca que a função referencial da linguagem indica que os homens comunicam a respeito dos objetos da realidade, sendo esses objetos o referente. Também Thompson destaca essa dimensão do referente:

Uso, aqui, o termo “referencial” de uma maneira bastante ampla, abrangendo o sentido geral através do qual uma forma simbólica, ou um elemento desta, pode, em um determinado contexto, substituir ou representar um objeto, indivíduo ou situação, bem como num sentido mais específico através do qual uma expressão lingüística pode, em uma determinada ocasião de uso, referir-se a um objeto particular (Thompson, 1995: 190).

Considerar a mensagem a partir de seu aspecto de referencialidade mostra-se particularmente útil na medida em que muitos termos usados como descritores de trabalhos da área de comunicação justamente termos que representam entidades, objetos e situações da realidade que são externas ao campo da comunicação. Assim, todas essas “coisas” podem ser compreendidas, em relação ao campo da comunicação, como referentes, isto é, como coisas às quais as mensagens, elementos constitutivos do fenômeno comunicativo, fazem referência. Deve-se destacar que

essa forma de conceber as mensagens está presente em outras teorizações sobre a comunicação sob a rubrica das “temáticas” das mensagens comunicativas (Beltrão; Quirino, 1986: 111).

Uma vez solucionada a forma de se compreender a mensagem para sua utilização como critério de divisão para o sistema classificatório da área de comunicação que foi construído como parte da pesquisa mais ampla do qual este artigo representa uma parte, passa-se a seguir para a definição dos termos do sistema.

Se o aspecto referencial das mensagens aponta para o fato de as mensagens terem como assunto qualquer coisa (entidades, fatos, etc.) da realidade, então, na verdade, tudo o que compõe a realidade pode ser assunto da comunicação e, por extensão, pode ser foco desta faceta. Para lidar com tal amplitude, garantir a exaustividade da lista de termos a ser criada, foi considerada como melhor solução tomar um sistema de classificação de assuntos que tenha como objeto o universo do conhecimento humano. Para tanto, poderia ser utilizado qualquer sistema de classificação bibliográfica geral, isto é, relativo a todo o universo do conhecimento humano – tais como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), ou mesmo a lista de cabeçalho de assuntos da Library of Congress (LC). Optou-se pela primeira em razão de seu caráter mais amplo (a CDU é mais específica da área científica) e por ser organizada em classes previamente planejadas (ao contrário da LC que é uma classificação utilitarista).

A Classificação Decimal de Dewey possui 10 classes principais, que constituem o primeiro sumário. Cada uma delas se subdivide em 10 divisões, e o conjunto destas subdivisões, junto com as 10 classes principais, constituem o segundo sumário. Cada uma destas, por sua vez, se subdivide em 10 seções. E cada uma delas pode se subdividir em 10 outras, de forma sucessiva. Para a construção dos focos do sistema, pensou-se inicialmente em utilizar apenas o primeiro sumário. Contudo, apenas nove classes (atualmente a classe 400 da CDD está vaga, existindo, portanto, apenas nove classes principais) não dariam a precisão necessária para o sistema de classificação proposto, tomando-se como referência o trabalho prévio de análise de alguns documentos da área de comunicação. Optou-se, por isso, pela utilização do segundo sumário. No caso de quatro classes principais (generalidades, religião, literatura e história), optou-se pela manutenção apenas do primeiro sumário, que atende às necessidades de especificação do sistema que está sendo construído. As outras cinco classes principais são desdobradas no segundo sumário para a montagem dos focos. Com isso, os termos do sistema de classificação, em relação aos assuntos das mensagens, num total de 54, foram definidos como apresentado a seguir, no Quadro 1:

Quadro 1

Lista de assuntos da CDD utilizados como termos para identificação dos assuntos das mensagens na comunicação

Classe	Denominação	Classe	Denominação
000	Generalidades	550	Ciências da terra
100	Teoria filosófica	560	Paleontologia
110	Metafísica	570	Ciências da vida/biologia
120	Epistemologia	580	Ciências botânicas
130	Fenômenos paranormais	590	Ciências zoológicas
140	Ramos da psicologia	600	Tecnologia/ciências aplicadas
150	Psicologia geral	610	Ciências médicas/medicina
160	Lógica	620	Engenharia
170	Ética	630	Agricultura
180	Filosofia antiga e medieval	640	Economia doméstica
190	Filosofia moderna	650	Gestão
200	Religião	660	Engenharia e tecnologia química
300	Ciências sociais	670	Indústria
310	Estatística	680	Indústria de produtos específicos
320	Ciência Política/Política e governo	690	Construções
330	Economia	700	Artes
340	Direito	710	Paisagismo
350	Administração pública e c. militar	720	Arquitetura
360	Problemas e serviços sociais; assoc.	730	Artes plásticas/escultura
370	Ensino/educação	740	Desenho e decoração
380	Comércio, comunicações e transportes	750	Pintura
390	Costumes, etiqueta e folclore	760	Artes gráficas
500	Ciências naturais	770	Fotografia
510	Matemática	780	Música
520	Astronomia	790	Artes recreativas e performáticas
530	Física	800	Literatura
540	Química	900	Geografia e História

Nota: a tradução dos nomes das classes é do autor.

A lista de assuntos obtida com a utilização do segundo sumário não explicita todos os assuntos possíveis, embora preveja sua inclusão em alguma classe. É o caso, por exemplo, de “questões sindicais”, que não está explicitada na tabela acima, mas está prevista no interior da classe 330, relativa à “economia”. O mesmo vale, por exemplo, para “esportes” e para “programação de rádio e TV”, ambos listados na classe 790, que agrupa as “artes recreativas e performáticas”. Para estes casos consultou-se a CDD para a inclusão na classe correta.

Para melhor adaptação ao sistema de classificação construído, alguns nomes de classes definidos no Quadro 1 são utilizados de forma diferente. Assim, a classe 300, cuja denominação é “ciências sociais”, trata dos processos sociais, grupos so-

ciais, instituições sociais, etc. O sistema utilizou para designar essa classe o termo “sociedade”. A classe 320, denominada “ciência política/política e governo” foi denominada apenas “política”. A classe 350, denominada “administração pública e ciência militar”, apenas “administração pública”. A classe 360, “problemas e serviços sociais/associações”, apenas “problemas sociais”. A classe 680, “indústria de produtos específicos”, apenas “indústria especializada”. A classe 790, “artes recreativas e performáticas”, apenas “recreação”.

Deve-se ressaltar a possível confusão com alguns termos que podem ser compreendidos tanto como meio quanto como mensagem. Essa confusão se agrava pelo fato de termos como “música” e “fotografia” (entre outros) constarem como termos da divisão relativa aos meios de comunicação, mas, também, estarem presentes na listagem de termos da divisão de acordo com as mensagens.

Essa possibilidade de confusão existe porque alguns termos considerados como meio podem ser compreendidos, também, como mensagens. Música, por exemplo, foi definida como meio, mas pode ser também o conteúdo transmitido pelo rádio ou pela televisão. Histórias em quadrinhos, definidas como meio, podem ser o conteúdo de uma revista ou jornal.

Gerbner cita a definição de meio de comunicação presente em um dicionário, onde se lê que “meios de comunicação são os meios ou veículos capazes de assumir formas que tenham características de mensagens ou que transmitam mensagens” (Gerbner, 1973: 62). Também Rabaça e Barbosa, ao definirem meio de comunicação, apresentam uma citação de Thompson, reproduzida a seguir: “Cada veículo exerce a sua influência sobre a mensagem e, nesse sentido, torna-se parte da própria mensagem. Veículo e mensagem são inseparáveis” (Rabaça; Barbosa, 2002: 479).

A forma encontrada de evitar essa confusão no sistema classificatório construído foi considerar a mensagem em sua dimensão de referencialidade, isto é, o assunto a que ela se refere. Meio, então, pode ser entendido como qualquer estrutura que permita a inscrição e a transmissão desse conteúdo, sendo entendido de uma forma ampla incorporando tanto a idéia de suporte físico (papel, ondas, parede) quanto, conjuntamente, a idéia de formas convencionadas de arranjo da linguagem (histórias em quadrinhos, fotografia, pintura). Por esse sentido, a pintura é um meio, e não a tela ou a parede em que se inscreve – e a temática ou assunto de determinado quadro seria a mensagem.

Assim, quando se vê os termos “pintura”, “fotografia” e “música” como termos da divisão relativa às mensagens (como, também, “televisão” e “rádio”, dentro do termo “recreação”), estas foram tomadas não como meios – não se trata de encaixar, nelas, teses ou dissertações sobre fenômenos comunicativos em que o meio utilizado é a pintura, a fotografia ou a música. Mas, sim, que pintura, fotografia ou música constituem o assunto das mensagens existentes no fenômeno comunicativo estu-

dado por aquela tese ou dissertação (tal como política, saúde, etc.), podendo estas mensagens estar sendo veiculadas por qualquer outro meio de comunicação.

Uma vez terminada a construção do sistema de classificação (incluindo outras cinco divisões da área de comunicação além do assunto das mensagens mas que, no caso deste artigo, não serão trabalhadas), e como forma de testar suas possibilidades e seus limites para a quantificação temática da pesquisa em comunicação, procede-se a seguir a uma aplicação do sistema a um conjunto de documentos.

O conjunto selecionado são as teses e dissertações em comunicação defendidas no Brasil entre 1992 e 1996, perfazendo um total de 754 documentos. Essa escolha justifica-se: utilizando esse *corpus*, o resultado pôde ser comparado com as análises efetivadas por Stumpf e Capparelli (2000) e também por Peruzzo (2002), pois os dois trabalhos utilizaram o mesmo conjunto de teses e dissertações em seus respectivos mapeamentos temáticos da área.

A análise das teses e dissertações foi feita em três etapas. Uma primeira análise se deu apenas com a leitura dos resumos, enquanto a construção do sistema ainda estava sendo terminada. Uma segunda análise foi realizada depois, consultando diretamente as teses e dissertações, nas bibliotecas das instituições de ensino superior que abrigam os programas de pós-graduação. Por fim, após o término da construção do sistema, procedeu-se a nova análise para conferência das anotações realizadas nas duas primeiras análises e classificação definitiva das teses e dissertações para contagem no sistema.

Neste artigo são apresentados os resultados da aplicação do sistema junto às teses e dissertações apenas em relação à divisão quanto aos assuntos das mensagens. Da mesma forma, neste artigo, dados os limites necessários, são apresentadas apenas as frequências de cada termo – no trabalho completo realizado, foram analisadas ainda a influência de três variáveis nos resultados (o ano de defesa da tese ou dissertação, o nível acadêmico – se dissertação de mestrado ou tese de doutorado – e o programa de pós-graduação em que a tese ou dissertação foi defendida), bem como foram discutidos os resultados comparando-os com as classificações de Stumpf e Capparelli e de Peruzzo, buscando problematizar os aspectos envolvidos nas tentativas de mapeamento temático da pesquisa em comunicação no Brasil.

Enfim, analisando-se as 754 teses e dissertações buscando identificar, nelas, qual dos sete modelos está presente, chegou-se ao seguinte resultado, apresentado na Tabela 1:

Tabela 1

Somatório e percentual dos termos relativos aos assuntos das mensagens comunicativas

Focos da faceta 4	N	%	Focos da faceta 4	N	%
Sociedade	50	13,70	Filosofia ant. e medieval	1,5	0,41
Ensino/educação	30,5	8,36	Filosofia moderna	1,5	0,41
Política	27	7,40	Filosofia	1	0,27
Recreação	22	6,03	Ética	1	0,27
Economia	20,5	5,62	Astronomia	1	0,27
Artes	20,5	5,62	Física	1	0,27
Costumes, etiq. e folclore	20	5,48	Engenharia	1	0,27
Religião	17,5	4,80	Artes plásticas/escultura	1	0,27
Medicina	17	4,66	Pintura	1	0,27
Problemas sociais	15	4,11	Artes gráficas	1	0,27
Gestão	14	3,84	Fenômenos paranormais	0	0
Literatura	13,5	3,70	Lógica	0	0
Ciências naturais	11,5	3,15	Estatística	0	0
Geografia e história	11	3,01	Direito	0	0
Administração pública	9	2,47	Matemática	0	0
Agricultura	9	2,47	Ciências da terra	0	0
Psicologia geral	7,5	2,05	Paleontologia	0	0
Metafísica	6	1,64	Ciências botânicas	0	0
Ciências da vida/biologia	5,5	1,51	Ciências zoológicas	0	0
Tecnologia/ciências apl.	4,5	1,23	Economia doméstica	0	0
Química	4	1,10	Engenh. e tecn. química	0	0
Ramos da psicologia	3,5	0,96	Indústria	0	0
Comércio, com., transp.	3,5	0,96	Indústria especializada	0	0
Generalidades	3	0,82	Construções	0	0
Música	2,5	0,68	Paisagismo	0	0
Epistemologia	2	0,55	Desenho e decoração	0	0
Arquitetura	2	0,55	Total	365	100
Fotografia	2	0,55			

O termo que obteve a maior frequência é “sociedade”, que abarca várias questões como interações sociais, processos sociais, grupos sociais, cultura e instituições, entre outros. Das 50 ocorrências deste termo (representando 13,70% do total), destacam-se 12 ligados à questão da identidade da mulher (gênero, feminismo), 12 ligados a grupos étnicos (principalmente negros, algumas vezes particularizados como grupos afro ou baianos), 5 relacionados com movimentos sociais, e ainda outros assuntos como infância, idosos, índios, identidade de um povo, família, casamento, prostituição e morte. Todos foram incluídos na classe 300, relativa às ciências sociais, pois essa é a indicação que consta da CDD.

O segundo termo mais freqüente é “educação”, que possui alguma distância em relação ao primeiro, atingindo 8,36% das ocorrências. Logo depois vem “política”, com 4,70%, representada principalmente devido à incidência do assunto eleições, mas também outros como diplomacia. O termo seguinte é “artes recreativas e performáticas”, que atingiu 6,03%. Nesse total se encontram dois grandes grupos: aqueles assuntos referentes à programação de rádio e TV e aqueles relacionados com esportes.

Logo depois, na quinta posição, estão os termos “economia” e “artes”. Ambos alcançaram 5,62% do total de ocorrências, sendo que o primeiro deve tal fato principalmente ao assunto sindicalismo, responsável por mais de 75% dessas ocorrências. A seguir está o termo “costumes, etiqueta e folclore”, com 5,48%, obtidos principalmente com o assunto mito, mas também festa, heróis e vampiro.

O oitavo termo mais freqüente, religião, atingiu 4,80% das ocorrências, seguido de medicina, com 4,66%. Após os dois, “problemas e serviços sociais” obteve 4,11%, incorporando as temáticas relacionadas com meninos de rua, violência, pobreza, fome e loucura. Entre outros destaques relevantes estão a forte presença de ecologia na soma do termo “ciências da vida/biologia”, de tempo no termo “metafísica” e de memória, enquanto cognição, no termo relativo a “psicologia geral”.

No cômputo geral, o que se pôde perceber é uma grande dispersão de valores, com muitos termos atingindo baixas somas. Há, ainda, uma grande quantidade de termos que não ocorreram (16), outros com freqüência inferior a 0,5% (10 termos) ou maior que 0,5% mas inferior a 1% (sete termos). Juntos, todos eles representam 33 termos, mais da metade dos termos do sistema.

Os resultados permitem concluir que mostrou-se pertinente a utilização apenas do primeiro sumário no caso das grandes classes 0, 2, 8 e 9. As ocorrências delas foram todas inferiores a 20 casos, representando percentuais baixos o suficiente para justificar a inclusão de todo o primeiro sumário sob um único termo – respectivamente, 0,82%, 4,80%, 3,70% e 3,01%. Outras duas grandes classes também poderiam ter constado do sistema apenas na designação do primeiro sumário: as classes 1 e 5, que ocorrem 24 e 23 vezes, respectivamente, somando-se todos os termos relativos a assuntos destas classes. Com isso, elas atingiram apenas 6,57% (classe 1) e 6,30% (classe 5).

Ao mesmo tempo, a classe 3 obteve um valor muito alto. Somando-se todos os termos que representam assuntos do segundo sumário dessa classe, chega-se ao valor de 175,5 ocorrências, correspondendo a 48,08% do total. Uma de suas classes, a 300, alcançou freqüência superior a quase todas as grandes classes, apontando ser mais relevante desdobrá-la no terceiro sumário do que desdobrar as classes 1 e 5 no segundo sumário.

Deve-se ressaltar ainda que o critério dos assuntos das mensagens comunicativas não pôde ser aplicado em 154 casos (20,42%), que representam teses ou dissertações que não identificam a existência de qualquer mensagem no fenômeno comunicativo

estudado por elas. Além disso, houve a ocorrência de dois ou mais termos simultaneamente, o que inviabiliza a sua representação, em 235 teses e dissertações. Nesse caso encontram-se tanto a ocorrência de mais de dois assuntos das mensagens (mais de dois termos) quanto os estudos de uma obra específica (um livro, um filme) em que não se pode identificar um único assunto, e ainda os casos em que se estudou os vários conteúdos de um meio, obtendo-se também vários assuntos (como no caso de todo o conteúdo de um jornal, por exemplo). Esse fato fez com que o critério de divisão só pudesse ser representado em 365 teses ou dissertações.

Enfim, pode-se perceber como a divisão da área de Comunicação pelos assuntos das mensagens é pertinente. Os critérios dessa divisão se encontram na definição de grupos de trabalho das associações científicas da área (a Intercom e a Compós), nomes de periódicos e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, marcando clivagens e subcampos da Comunicação.

Carlos Alberto Ávila Araújo
Professor da UFMG

Referências bibliográficas

- BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton. *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- BORDENAVE, Juan. *Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CAZENEUVE, Jean (org.). *Guia alfabético das comunicações de massa*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- Dewey Decimal Classification and relative index*. Albany, NY: Forest Press, 1996.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- O'SULLIVAN, Tim et al. (orgs.). *Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura*. Piracicaba: Ed. Unimep, 2001.
- PERUZZO, Cicilia. Em busca dos objetos de pesquisa em comunicação no Brasil. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio. *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PINTO, Julio. *1,2,3 da semiótica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação & pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker, 2001.
- SANTOS, Roberto Elísio dos. *As teorias da comunicação: da fala à internet*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio. Produção discente dos programas de pós-graduação em Comunicação (1992-1996). *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, Porto Alegre, v. 8, p. 241-250, jan./dez. 2000.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Resumo

O objetivo do texto é propor uma forma de classificação da pesquisa na área de Comunicação a partir dos assuntos das mensagens intercambiadas pelos interlocutores. Para tanto, discute-se a natureza das mensagens no processo comunicativo. É apresentada uma proposta que divide a Comunicação em assuntos, com base na Classificação Decimal de Dewey. A seguir, adota-se uma lista dos 54 assuntos possíveis. Por fim, aplica-se o sistema a um conjunto de 754 teses e dissertações. Os resultados obtidos apontam que 13,70% da pesquisa da área é dedicada ao estudo de mensagens sobre “processos e grupos sociais”, vindo, a seguir, “educação” (8,36%), “política” (7,40%), “artes recreativas e performáticas” (incluindo esportes e programação de rádio e TV, 6,03%) e “economia” (incluindo questões sindicais, 5,62%).

Palavras-chave

Mensagens na comunicação; Assuntos das mensagens; Pesquisa em comunicação.

Abstract

The goal of this paper is to propose a classification of research in the area of Communication based on the subjects of messages exchanged by interlocutors. For this, the paper discusses the nature of the messages in the communicative process. It proposes a division of Communication in subjects based on the Dewey Decimal Classification, and lists the 54 subjects used. Finally, the research applies the system to 754 dissertations and theses. The results achieved demonstrate that the highest frequencies are; “processes and social groups” (13.70%), “education” (8.36%), “politics” (7.40%), “recreational and performing arts” (including sports and radio and TV programming, 6.03%) and “economics” (including union questions, 5.62%).

Key-words

Messages in communication; Subjects of the messages; Research in communication.